

## APRESENTAÇÃO

### TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS: abordagens interseccionais a partir do Cone Sul

Nos anos setenta, os estudos feministas e de gênero promoveram uma mudança substancial na concepção dominante de trabalho, ao ampliar seus limites para incluir as tarefas que, na modernidade, foram relegadas ao espaço doméstico. A partir de então, as pesquisas sobre trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, se desenvolveram em direções heterogêneas, que vão desde os estudos sobre as relações estabelecidas no serviço doméstico, às análises dos usos do tempo, e o trabalho de cuidado sob a perspectiva de gênero. Nos últimos anos, a própria denominação de trabalho para essas atividades, tal como foi definida pelas feministas materialistas dos anos setenta, foi posta em questão pela teoria do cuidado sem, contudo, se ter alcançado um consenso a respeito dentro do campo.

Os estudos sobre o trabalho doméstico e os cuidados na América Latina têm destacado a persistência de fortes desigualdades nas condições em que se realizam estes trabalhos. O fato do serviço doméstico seguir sendo a principal ocupação das mulheres de setores populares na região assim o demonstra. Distintas pesquisas têm apontado o peso de dimensões como raça, etnia e nacionalidade, além do gênero e da classe, para explicar estas desigualdades. Porém, a forma em que se tecem as múltiplas dimensões que as articulam e as ferramentas analíticas para pensá-las nem sempre têm sido postas em primeiro plano.

O presente dossiê retoma, então, diversas superfícies analíticas para pensar tais desigualdades, observadas a partir de uma abordagem interseccional. Os artigos aqui reunidos foram apresentados inicialmente em um Simpósio Temático desenvolvido na décima primeira edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero e décima terceira do Congresso Mundos de Mulheres, na Universidade Federal de Santa Catarina, entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017, intitulado *Trabajo*

*doméstico y cuidados remunerados y no remunerados en América Latina: una aproximación interseccional*. Esta proposta surgiu por termos notado uma relativa ausência, em anos anteriores, de simpósios temáticos específicos sobre o assunto em um evento que tem enorme relevância no campo dos estudos de gênero no Brasil e em toda América Latina. Desse modo, buscava abrir um espaço de debate para as análises sobre trabalho doméstico e de cuidados, tanto remunerados quanto não remunerados, que têm retornado de forma expressiva às pautas de discussão feministas.

Nesta edição do Fazendo Gênero, porém, o nosso não foi o único simpósio temático centrado na problemática, o que reforça nossa percepção de uma reemergência do trabalho doméstico e dos cuidados como problemas da agenda acadêmica, reemergência que já tem algumas décadas. Podemos pensar em diferentes chaves de interpretação para essa retomada. Por um lado, os profundos avanços neoliberais na América Latina e no mundo industrializado como um todo fazem com que as pautas materialistas e a temática do trabalho se apresentem com uma urgência assombrosa. Os estudos feministas, por sua vez, não escapam dessa urgência. Por outro lado, o desenvolvimento de análises e teorias no campo do cuidado e da economia feminista, que cresceram exponencialmente nos anos 2010 e se constroem no contato e na troca com os movimentos sociais, se fazem presentes na literatura em português e em espanhol, e nos encaminham para novos paradigmas sobre produção, valor e sustentabilidade da vida humana. Esses debates têm se dado em franco diálogo com a teoria feminista, as críticas interseccional, *queer* e decolonial, que transformaram indubitavelmente a temática gênero e trabalho, e também, especificamente, a temática do trabalho das mulheres e do trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) e os

cuidados. Os cuidados, vale ressaltar, encontram atualmente, na internacionalização da teoria do *care*, um fecundo campo de debate.

Os artigos que compõem este dossiê mobilizam algumas dessas linhas, propondo distintas abordagens de leitura interseccional. Em primeiro lugar, Mariana Smaldone retorna ao trabalho doméstico e de cuidados em uma análise que recupera as diferentes formas em que este foi construído como objeto de análise a partir de distintas perspectivas feministas. Os textos seguintes abordam experiências de trabalho doméstico remunerado. O primeiro, de Thays Monticelly, também traz uma proposta teórico-conceitual, a da noção de “cultura de domesticidade”, mas originada em uma pesquisa empírica com empregadoras de trabalhadoras domésticas em Curitiba. Em seguida, María Luísa Dantas enfoca a trajetória de vida de uma trabalhadora e avalia, à luz de sua visão, as novas políticas públicas para o setor desenvolvidas no Brasil e, em particular, em Salvador, Bahia, e os obstáculos que essas políticas representam para as trabalhadoras mais velhas. Os dois últimos artigos do dossiê exploram diferentes aspectos do trabalho doméstico e dos cuidados não remunerados. No primeiro caso, Marinês Ribeiro dos Santos e Ana Caroline de Bassi Padilha estudam formas de pedagogia de gênero, enfocando o caso de um curso de economia doméstica que funcionou em Curitiba em meados do século XX. Por último, Sol Scavino ressalta o peso que o trabalho doméstico e, fundamentalmente, o cuidado, têm nas trajetórias educacionais de jovens mulheres, mães de crianças pequenas, na cidade de Montevidéu.

O artigo de Mariana Smaldone analisa os modos pelos quais o trabalho doméstico e de cuidados tem sido abordado a partir de diferentes perspectivas teórico-políticas dos feminismos. Smaldone retoma figuras-chave, como Christine Delphy, Audre Lorde, Angela Davis e Silvia Rivera Cusicanqui, apontando o lugar que o trabalho doméstico tem em suas leituras da opressão das mulheres e das relações patriarcais. Identifica três momentos dos debates: o primeiro, em torno do lugar do trabalho doméstico e da divisão entre o privado e o público no capitalismo, com um forte protagonismo do feminismo socialista; o segundo, no qual as diferenças de classe e raça entre as mulheres

que desenvolvem o referido trabalho tornam-se centrais na análise de sua distribuição e no surgimento de demandas políticas no quadro do feminismo negro; o terceiro, no qual a partir da América Latina o trabalho doméstico e sua racialização são identificados como parte de uma história da colonialidade. A trajetória proposta por Smaldone nos permite observar que os debates sobre trabalho doméstico se articulam com outros sobre o sujeito político do feminismo: de uma definição centrada nas mulheres sem distinções, para outras que, em leitura interseccional, destacam as diferentes clivagens das desigualdades que as mulheres experienciam.

Em seu artigo, Thays Monticelly propõe a categoria “cultura da domesticidade” para compreender as limitações que as trabalhadoras domésticas enfrentam quando se trata do reconhecimento de seus direitos trabalhistas. Com base em uma análise de campo realizada na cidade de Curitiba, Paraná – que incluiu a realização de entrevistas, assim como o trabalho com manuais, literatura, revistas femininas, entre outras fontes – e leitura minuciosa de uma extensa bibliografia sobre a temática, a autora analisa como, do ponto de vista das empregadoras, as expectativas de limpeza e ordem domésticas se enredam com um discurso meritocrático que só admite direitos para as “boas empregadas”. Monticelly apresenta uma trajetória histórica que mostra os traços das relações escravistas nas formas pelas quais as empregadoras entendem o lugar das empregadas em seus lares e seu vínculo com elas. Para a autora, as exigências das empregadoras fazem parte das formas pelas quais elas constroem uma posição de superioridade dentro do lar, o que se traduz em lógicas de desigualdade social e dependência nas quais classe, gênero e raça se entrelaçam. Deste modo, o lar aparece tanto como lugar de laços afetivos quanto de negociações, frustrações e violências: o cenário da construção de hierarquias sociais que atravessam as fronteiras do doméstico.

A partir da história de Renata, uma empregada doméstica baiana, María Luísa Dantas aborda, no texto seguinte, mudanças nas condições de vida e de trabalho das trabalhadoras domésticas brasileiras. Nos últimos anos, a sanção da Lei Complementar

150/2015, bem como outras políticas públicas como a construção do Residencial 27 de Abril em Salvador, Bahia, dão mostras de significativas transformações para as trabalhadoras domésticas. No entanto, a partir do olhar de Renata, Dantas observa de que modos as políticas que buscam fortalecer as trabalhadoras interagem com velhas e novas dificuldades. Pontualmente, Dantas ressalta que, para alguém como Renata, vivendo já há décadas na casa dos empregadores, mudar para as novas moradias oferecidas pelo sindicato poderia ser problemático, devido aos complexos laços de afeto e dependência construídos entre trabalhadoras e empregadores, o que no caso dela a fazia preferir permanecer morando com eles. Desse modo, sua análise coloca em primeiro plano a necessidade de considerar as repercussões das políticas para o setor em uma leitura interseccional, na qual a geração está entrelaçada com gênero, classe e raça para explicar os obstáculos que as trabalhadoras precisam enfrentar.

No artigo seguinte, Marinês Ribeiro dos Santos e Ana Caroline de Bassi Padilha abordam a experiência de um curso de economia doméstica que foi ministrado em Curitiba, Paraná, nas décadas de 1940 e 1950. Sua análise permite mostrar o caráter histórico dos saberes envolvidos no trabalho doméstico, e as formas através das quais sua construção e circulação são atravessadas por dinâmicas não só gendradas, mas também racializadas e de classe. O surgimento desse tipo de escola também expressa uma conjuntura específica nesta história, que se refere à mudança na transmissão de saberes entre mulheres de diferentes gerações, na esfera “privada”, para outra transmissão, entre mulheres de classes diferentes que acessavam esses saberes no espaço público, em um movimento voltado para a profissionalização das donas de casa. Como mostram Ribeiro dos Santos e Bassi Padilha, esse movimento deu lugar a uma série de paradoxos: mesmo tratando-se de uma escola técnica, o curso foi construído a partir de um simulacro de um lar, replicando as lógicas “privadas” em um meio “público”; mesmo quando se buscava profissionalizá-las, o destino final das alunas desse curso implicava um reforço (embora também uma variação) do ideal de mulher doméstica.

Finalmente, a análise proposta por Sol Scavino mostra o peso das responsabilidades domésticas, em particular do cuidado não remunerado, nas trajetórias das mulheres. Sua pesquisa enfoca o caso de mulheres jovens de setores populares de Montevidéu que têm filhos pequenos, e compara aquelas que continuam envolvidas em um projeto educacional e aquelas que não o fazem. A partir de uma abordagem que combina dados quantitativos e qualitativos, mostra alguns dos elementos relevantes para explicar a diferença: o tipo de casa em que vivem (as que residem com famílias expandidas podem continuar com seu projeto educacional com frequência muito maior do que aquelas que residem com famílias nucleares com seus parceiros), a possibilidade de distribuir o cuidado das crianças com suas mães ou outras mulheres, a participação no mercado de trabalho, o acesso a serviços públicos de cuidado. Em todos os casos, as cadeias de cuidado mantidas por mulheres são centrais para aquelas jovens que sustentam um projeto educacional, uma vez que o nível de participação dos homens no cuidado é quase nulo.

Desse modo, os artigos aqui reunidos, que foram desenvolvidos a partir das comunicações apresentadas no 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 em 2017 em Florianópolis, trazem reflexões sobre trabalho doméstico e cuidados no Cone Sul a partir de perspectivas localizadas, pesquisas específicas que respondem a perguntas elaboradas em seus espaços disciplinares, institucionais, e a partir das inquietações suscitadas pelos objetos analisados. Em seu conjunto, contudo, essas especificidades contribuem para um olhar interdisciplinar, transnacional, localizado no Cone Sul mas que possibilita diálogo com diferentes realidades latino-americanas, sobre temáticas há tantos anos caras aos feminismos, que circundam as invisibilidades das tarefas historicamente atribuídas às mulheres. É nesse sentido que os debates aqui apresentados são, por um lado, tributários das teorias feministas clássicas da segunda metade do século XX, ao mesmo tempo em que lançam novos olhares sobre esses antigos problemas, e questionam a permanência deles sob diferentes ângulos. Esses questionamentos não ocorrem isolados, e se unem a uma profusão de discursos feministas da contemporaneidade, que

enredam a produção intelectual com a militância e estão construindo novos horizontes para a luta de enfrentamento das desigualdades marcadas pelo gênero.

Coordenadoras,

Inés Pérez\*

Soraia Carolina de Mello\*\*

---

\* Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), y Docente del Departamento de Sociología de la Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP), Argentina. Doctora en Ciencias Sociales y Humanas (Universidad Nacional de Quilmes, 2011). Licenciada (2006) y Profesora (2004) en Historia (UNMdP).

\*\* Doutora (2016) e mestre (2010) em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH / UFSC), área de Concentração Estudos de Gênero (EGE).